

A QUALIFICAÇÃO DOS ACS: VISÕES SOBRE A FORMAÇÃO

Anna Violeta Durão, Filippina Chinelli, Marcia Raposo Lopes, Marcia Valéria Morosini, Monica Vieira e Valéria Carvalho.

O artigo trata das diversas percepções sobre a formação técnica presentes nos discursos dos gestores da política. Além da pesquisa teórica sobre o tema, realizaram-se entrevistas de caráter eminentemente qualitativas com os principais formuladores da política, visando captar os limites e possibilidades da absorção desses trabalhadores no SUS.

Na análise das entrevistas verificou-se, de um lado, que quando se identifica a atividade dos agentes com o seu local de moradia, acaba-se objetivando as suas habilidades, naturalizando o seu fazer, ao mesmo tempo em que se subjetiva a sua capacidade de crescimento profissional. De outro lado, destacou-se uma aposta na formação técnica dos agentes como possibilidade de melhora na qualidade dos serviços e de construção de uma carreira no SUS.

1- A objetivação da comunidade em contraposição a formação

Um dos principais objetivos da ESF é romper com um modelo hospitalocêntrico, buscando avançar na integralidade do sistema. Assim, os ACS passam a ser considerados como o trabalhador que possui maior potencialidade para gerar espaços intercessores entre o Estado e a comunidade. Nesse sentido, dentre os profissionais que compõem o PSF colocou-se acento na sua atuação, pois este era representativo de uma ocupação que mais se distanciava de uma visão médico centrada, característica da biomedicina.

Em grande medida, passa-se a relacionar a formação dos agentes a uma concepção tecnicista da educação e do trabalho que no caso da saúde foi ainda mais forte devido influência do paradigma positivista/ biomédico que marcou a formação da medicina na modernidade, onde o trabalho dos técnicos em saúde submetia-se ao cumprimento de normas e procedimentos capitaneados pelos médicos. Assim, quando se trata de reverter o modelo de atenção através do PSF, coloca-se peso no envolvimento com a comunidade de modo a minimizar as consequências que este afastamento da população acarretou. Neste contexto, quando se vislumbra a possibilidade do PSF ser uma estratégia de remodelação da assistência, a perspectiva de uma formação técnica para os agentes traz consigo o risco de se reproduzir o modelo biomédico ainda hegemônico na área da saúde.

A valorização do trabalho dos ACS estaria, então, no seu diferencial de ter um saber tácito, construído de habilidades decorrentes da vida. Interessante notar os dois elos opostos no programa de saúde da família, pois de um lado, se tem profissionais aos quais se exige uma formação escolar prévia (médicos, enfermeiros, e demais membros da equipe), mas que são criticados por seu afastamento dos problemas cotidianos dos usuários; e, de outro, o investimento em um profissional cuja formação o distancia da sua própria identidade. Conforme interroga uma das entrevistadas “O que identifica um agente comunitário? Ser da comunidade, não é a formação.”

Nessa perspectiva, cabe, principalmente, aos agentes fortificar os espaços de interseção com os usuários. Neste contexto, uma das suas principais habilidades do agente é compreender a cultura local onde moram e atuam.

Pertencer à comunidade passa a ser considerada a essência desse trabalhador e, nesse sentido, a sua identidade profissional decorre do seu local de nascimento e de moradia. Haveria, portanto, uma subjetividade constitutiva dos agentes que seria

propensa à generosidade, à compreensão das dificuldades locais, à constante disponibilidade de escuta dos problemas dos usuários etc. Assim, qualquer movimento constituinte do sujeito seja a possibilidade de ter mais conhecimento através de uma formação técnica, ou a possibilidade de ascender socialmente, passa a ser significativa da perda da sua essência. Ao se engessar as habilidades dos ACS na sua própria inserção no local de moradia, acaba-se ideologizando o conceito de comunidade, na medida em que se afasta das situações concretas que permeiam a sua relação de trabalho. Ou seja, o que confere ou não os laços de pertencimento ao local, são as experiências concretas de vida/trabalho que permeiam o fazer dos agentes. Assim, ser da “comunidade” engloba o ônus e o bônus dessa relação e a formação dos agentes, longe de separá-los do envolvimento com a comunidade, lhes permitiria uma maior compreensão acerca do seu trabalho, bem como ampliaria a capacidade de luta para a garantia dos direitos trabalhistas.

Cuche¹ (1999) sinaliza que ao se trabalhar com a noção de identidade social, opera-se a um só tempo com mecanismos de inclusão e de exclusão, pois se acaba construindo elementos identificatórios de um determinado grupo, distinguindo-os dos demais. Nesse sentido, a formação dos agentes, quando pensada em relação aos demais profissionais da saúde é perpassada por uma distinção entre “o nós e o eles”, ou seja, quando se pensa nos demais profissionais da equipe do PSF não se questiona a necessidade de formação. No entanto, em relação aos agentes desconsidera-se essa questão, secundarizando a importância desse profissional.

Considerando-se que devido à fragmentação social, acabou-se por gerar um distanciamento entre os grupos sociais, não será segregando o papel dos agentes a um determinado lugar que se possibilitará a abertura de caminhos intercessores com os usuários. Acredita-se que uma formação não estritamente ligada à técnica, permite uma maior análise da realidade na qual estão inseridos, possibilitando vislumbrar estratégias de luta por uma melhora efetiva das condições de vida e de trabalho.

A formação dos agentes traz a possibilidade de se potencializar o seu papel de mediador, na medida em que pode criar relações menos verticalizadas com os profissionais da equipe, tendo em mente que a construção de espaços intercessores com os usuários, não diz respeito só a esses profissionais.

Sublinha-se a necessidade de se gerar espaços intercessores entre os agentes, os usuários, e a equipe técnica, considerando que todos são trabalhadores. Decorre daí, a importância da criação de laços entre os próprios trabalhadores na luta pela consolidação da profissão e melhora das condições de trabalho. A formação técnica, em um sentido mais amplo, permite aos agentes um questionamento da própria realidade nos quais eles e os usuários estão inseridos, potencializando-os a interagir de forma mais crítica com os demais membros da equipe.

3.2- A formação como uma opção subjetiva

Verificou-se uma outra dimensão que está em disputa na formação dos agentes, qual seja a impossibilidade desse trabalhador ascender socialmente como agente, ou seja, sem que ele seja caracterizado como um profissional da saúde. Sob tal perspectiva, configuram-se dois tipos de discursos que se complementam. O primeiro, sublinha que a formação afasta o ACS de uma perspectiva que deu origem ao programa. A essa interpretação estão subjacentes as implicações que a formação técnica acarreta para o

¹ CUCHE, Denys. A noção de cultura nas Ciências Sociais. Bauru, Edusc, 1999.

Estado, em sentido estrito, na medida em que esta se torna uma ferramenta a mais na luta da categoria em assegurar uma carreira. Nesse sentido, não se nega a possibilidade de uma futura formação, mas sim uma formação que os credencie como ACS, o que abre a possibilidade de salários mais dignos, vínculos trabalhistas estáveis etc. Ao que tudo indica, quando se reforça a idéia de formação sim, mas não como ACS, passa-se a se conceber o agente como um profissional transitório/flexível, sendo ele próprio responsável pela sua formação e ascensão social. Acaba-se desresponsabilizando o Estado de pensar uma formação que dê corpo ao coletivo de trabalho, bastando proporcionar cursos de pequena duração, na modalidade de educação continuada para atender a demanda.

Com efeito, a formação dos ACS até 2005, embora incluísse um breve curso de caráter introdutório, se desenvolveu basicamente no cotidiano dos serviços sob a supervisão de um enfermeiro e através de vários projetos de educação continuada que envolviam pequenos cursos práticos e treinamentos. Esses cursos, não possuíam organicidade, sendo pulverizados em diversas ações que não eram significativas de uma política mais ampla de governo.

O destaque atual ao conceito de educação continuada, na maioria das vezes, é pautado pela necessidade dos trabalhadores acompanharem as transformações do mercado de trabalho, agregando ao seu itinerário profissional cursos que facilitem a sua permanência no mercado. Esses cursos não são significativos de uma aquisição coletiva que permita uma maior organicidade para o movimento de luta da categoria, nem tampouco garante um efetivo crescimento das possibilidades de análise e intervenção sobre o mundo. Apresentam-se como uma certificação vazia que não tem correspondência com o seu reconhecimento profissional.

Acredita-se que a atuação dos agentes só adquire um sentido emancipador se pensada como um processo que caminhe na universalização dos direitos. Uma das possibilidades do trabalho dos ACS fomentada pelo discurso da política é a capacidade deste trabalhador ser o tradutor dos anseios da “comunidade”. Nesse sentido, pode-se começar pela escuta das necessidades desses trabalhadores no que se refere à melhoria das condições de trabalho/vida. Em outras palavras, o vínculo de trabalho direto com o Estado, a formação técnica, o reconhecimento social, potencializam esses profissionais a fazerem parte efetiva da equipe de saúde da família.

Palavras-chave: formação técnica, comunidade e Estado